



Economia dos setores populares: associativismo como espaço de produção coletiva, autogestão e elaboração de saberes

Luciana Matias Cavalcante¹

Resumo

Este estudo procura refletir sobre a Economia Solidária, focando os saberes produzidos na prática da autogestão nas associações de artesanato, principalmente, nos espaços de formação organizados pelas famílias, pelos coordenadores das associações e órgãos governamentais que os acompanham. Estas reflexões são resultados de pesquisa realizada com três associações de artesãos dos municípios de Parnaíba e Ilha Grande, Estado do Piauí, utilizando como fundamento teórico-metodológico a pesquisa do tipo etnográfico, com técnicas próprias dessa abordagem. Os resultados apontam para práticas educativas de inserção dos jovens em saberes próprios do mundo do trabalho, apresentando uma lógica diferenciada daquela vinculada pela economia capitalista, em *práxis* cotidiana de formação do sujeito coletivo, atuando não só na reprodução do sistema social, mas como processo de resistência aos modelos legitimados socialmente.

Palavras-Chaves: Educação. Trabalho. Autogestão.

Recebimento: 14/10/2008 • Aceite: 28/1/2009

¹ Professora Doutora Adjunta da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestrado em Educação Popular pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutorado em Juventude e Movimentos Sociais pela Universidade Federal do Ceará (área de concentração: Educação). End: Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso. Av. São Sebastião, s/n Reis Velloso 64000-000 - Parnaíba, PI - Brasil E-mail: luciana_cavalcan@uol.com.br.

Economy of the general population sectors: association as a collective production space, autogestion and knowledge elaboration

Abstract

This study wants to reflect about solidarity economy. It is focused on the knowledges produced in the handicraft associations' practice of autogestion, mainly in the spaces of formation organized by the families, by association coordinators and by governmental bodies accompanying them. These ideas are the result of research carried out with three artisan associations in the counties of Parnaíba and Ilha Grande, state of Piauí, utilizing as theorist-methodological fundament an ethnographical research and particular techniques of this kind of investigation. The results lead to educational practices of young people insertion on laboring knowledges by showing a different logic from the ones linked by capitalist economy on day by day praxis of cooperative subject formation, acting not only in the social system reproduction but also on the process of resistance against the socially legitimated models.

Keywords: Education. Labor. Autogestion.

Introdução

Este estudo contribui nas discussões relacionadas à educação e trabalho na perspectiva de ampliar a compreensão desse enfoque, visto que apresenta outros espaços comunitários, não só o escolar, como eixo de formação da juventude para o mundo do trabalho. O contexto de formação apresentado pelos grupos de trabalho associativo é um campo rico para as reflexões sobre o próprio conteúdo, sobre os fazeres que colaboram nos aprendizados e constitui um currículo original de introdução da juventude nos saberes próprios do mundo do trabalho.

As reflexões que busco estabelecer ao longo desse artigo são frutos de pesquisa realizada em três associações de trabalho artesanal localizadas nas cidades de Parnaíba e Ilha Grande no Estado do Piauí: a primeira associação estudada produz renda de bilro (1), localiza-se em Ilha Grande, cidade vizinha a Parnaíba, é composta por 96 membros, dentre os quais 30 são jovens; a segunda associação, localizada no município de Parnaíba, nas proximidades de um dos braços do rio Parnaíba, produz peças de trançados a partir da palha da carnaúba. Esta associação é formada por 30 sócios registrados, mas amplia-se esse número por considerar que o trabalho com a palha vem se desenvolvendo de forma eminente nas famílias, envolvendo os pais, adolescentes e muitos jovens (não há registro do número real de jovens);² e a terceira experiência estudada está localizada na periferia de Parnaíba, grupo que produz peças também a partir da arte do trançado, utilizando principalmente a palha de carnaúba. Esse último grupo é formado por 28 membros e destes, apenas 4 são jovens³.

Portanto, o objetivo desse texto é apresentar o cotidiano das associações, grupos de trabalho solidário, para refletir sobre a formação, os aprendizados e a produção desse enfoque diferenciado de organização do trabalho, entendendo que esses saberes, muitas vezes, aparecem como contra-saberes, pois representam um aprendizado contrário àquele vinculado pelo modelo capitalista.

Segundo Mattoso (2000), é na década de 1990 que vemos ocorrer no Brasil profundas transformações na lógica trabalhista, dado o desmonte da estrutura existente e o grande número de desempregados (mais de 10 milhões de brasileiros). A política de

² Dessa associação participaram de forma mais direta da investigação cerca de 20 jovens.

³ As duas primeiras experiências são consideradas casos de sucesso para o SEBRAE e a terceira ainda encontra-se em desenvolvimento.

globalização da economia, do “livre” mercado e o acirramento da competitividade leva o país a uma eclosão de medidas para enxugar a máquina, aliadas às privatizações, reelaboração dos setores produtivos e seus maquinários, reajuste econômico, enfim, inicia-se o plano neoliberal no mundo e os países subdesenvolvidos, ainda presos em dívidas externas, vão colher muitos problemas, gerados principalmente pelo crescimento do desemprego.

Dessa realidade vêm crescendo o mercado informal, as pequenas iniciativas de comércio, os grupos de produção, as associações, as cooperativas. O alargamento desse setor, muitas vezes informal, é estimulado, principalmente, pelo crescente desemprego, que impulsiona a organização de pequenas empresas, pequenos negócios, fruto de iniciativas individuais e coletivas, de grupos populares que se organizam para cooperar. É uma parcela da população que criativamente busca saída, principalmente para a fome e para suprir outras necessidades e que acabam, muitas vezes, nesse mercado desregulado por não conseguirem economicamente cobrir as taxas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Segundo Singer (2002), no Brasil, a economia solidária renasce na década de 1980 e toma impulso no final dos anos de 1990, fruto das políticas neoliberais. Para esse autor, a principal contribuição da economia solidária é proporcionar experiências diferenciadas de organização econômica para propor uma sociedade mais justa por meio da autogestão.

Essa crise estrutural do trabalho assalariado não produziu somente o crescimento da pobreza e a crescente fragmentação de “meios de vida”, mas permitiu o surgimento de novas estratégias de enfrentamento dessas situações, novas opções de vida econômica, de sobrevivência.

Trata-se de buscar compreender essa formação necessária não só ao contexto da reestruturação produtiva e globalização, mas a esse enfrentamento que se apresenta, muitas vezes, composto por pensamento criativo e crítico.

Diante dessa proposta de pesquisa, foi eleito como caminho de investigação a unidade entre diálogo, reflexão e aprofundamento teórico, numa postura metodológica de inserção nos grupos, tomando como fundamento teórico-metodológico a pesquisa do tipo etnográfico. Nesse sentido, na pesquisa desenvolvida foram utilizadas técnicas próprias dessa abordagem, tais como: observação participante, resultando na composição de um diário de observações ou diário de

campo, entrevistas individuais com artesãos e integrantes do Sebrae⁴, grupos de discussão com a juventude artesã e a utilização da fotografia, da música e do vídeo como elementos impulsionadores de expressão da subjetividade. Esse caminhar da pesquisa buscou identificar que elementos formam o universo cultural e conceitual dos participantes, focados no trabalho coletivo.

O cotidiano dos grupos de produção – a convivência como eixo da produção coletiva

O dia de trabalho nas associações é bem movimentado. Os artesãos procuram tomar lugar sentando-se ou em bancos, que ficam espalhados pelo grande salão, ou mesmo no chão de posse ou da almofada de renda pondo os bilros a tilintar ou com seus trançados de palha ainda em fase de conclusão. A agilidade das mãos desses trabalhadores é tamanha que fica difícil acompanhar o trançado que desenvolvem. As conversas fluem naturalmente [...] jovens, adultos, idosos [...]. A coordenadora sempre passeia pela sala observando os trabalhos dos jovens, outras vezes senta-se em local central e trabalha incessantemente. Algumas artesãs continuam a chegar acompanhadas por filhos que também se acomodam próximos da genitora. No núcleo das rendeiras só participam mulheres, mas nas associações que trabalham com a palha de carnaúba há presença masculina, apesar de ser menos marcante. (diário de campo – síntese do dia 23 de março de 2004).

Esse relato de observação apresenta muito bem o cotidiano das três experiências de trabalho coletivo analisadas nesse estudo. Os integrantes dessas associações trabalham em clima de interação e proximidade entre si e com a comunidade. Ao serem questionados acerca do início, do processo de constituição dos grupos, remetem às iniciativas de programas governamentais, tais como a Comunidade

⁴ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

Solidária⁵, contando com o apoio do Sebrae, entretanto, quando a conversa vai fluindo acabam revelando que, enquanto grupo de trabalho, já existia bem antes da iniciativa da Comunidade Solidária ou de outra instância pública. O artesanato com a renda ou palha de carnaúba é uma atividade que vem sendo repassada de geração a geração. As pessoas já se reuniam para produzir, mesmo embaixo de mangueiras quando não possuíam a associação ou sede. Uma das coordenadoras explica melhor: “a gente ficava debaixo das árvores com as almofadas, fazia aquele círculo de mulher tudo fazendo renda, conversando e sempre foi assim” (Coordenadora da associação 1).

As atividades, tanto da renda como do trançado com a palha são artes locais que já estão vivas há muito tempo na comunidade, mas que aconteciam nas famílias, sem muita organização, gestão comercial e sem muita divulgação. As vendas eram realizadas em festas tradicionais da localidade ou por meio de propaganda informal que acabava atraindo algum comprador. Com a intervenção do Sebrae, de políticos locais e ainda de projetos como o da Comunidade Solidária foi possível legalizar os grupos de produção como associações e ainda construir um espaço próprio como sede para as atividades.

Como associação, contando com o apoio do Sebrae, os grupos tornaram-se mais conhecidos, inicialmente por fazerem parte do catálogo desse órgão, depois pela participação em feiras e outros eventos. Recebem encomendas e fazem entregas por todo o país e até fora dele. Infelizmente, como as associações ainda são pequenas, muitos pedidos são recusados quando o tempo de entrega é muito limitado.

Os integrantes mais antigos dos grupos, sócios cadastrados, participaram de todo o processo de legalização das associações, contribuindo também na construção ou organização da sede. A sede da Associação Trançados da Ilha é uma casa de pau-a-pique, construída pelos integrantes. Acompanhe o depoimento: “esse espaço aqui pertence aos Silva, agora a casinha fomos nós que levantamos, era uma casinha bem feinha mesmo, nós nos reunimos em mutirão, só nós mulheres, meu esposo só fez o telhado, fez a parte de cima e nós fizemos a casa todinha [...]” (Coordenadora da associação 2).

No início da constituição de algumas associações instalou-se um processo de rejeição por parte de muitos membros que, habituados a desenvolver seus trabalhos em suas casas ou ao ar livre demoraram

⁵ Implantado no governo do presidente Fernando Henrique e tinha por objetivos centrais a formação e o desenvolvimento local.

um pouco para começar suas atividades na sede. Alguns depoimentos revelam que o fato de se reunirem todos os dias possibilitou o crescimento porque a interação levou à troca de idéias e intercâmbio com outros artesãos de outras localidades: “ah! Sair de casa pra trabalhar na casa da rendeira e tal [...] muitas não queriam aceitar, mas nós enfrentamos e uma chamava a outra. A gente se uniu e começou a aparecer idéia” (Coordenadora da associação 1).

Mesmo com a sede, muitos sócios ainda continuam realizando seus trabalhos em sua própria residência, comparecendo na sede em dias de reuniões, assembléias e outros encontros. As coordenadoras justificam dizendo que não há espaço para todos e que muitas mulheres também precisam cuidar das atividades domésticas e dos filhos para depois produzirem suas peças.

A autogestão é uma característica da empresa solidária possibilitando a participação dos associados ou cooperados na administração da empresa. É a autogestão que garante a democracia e permite que cada membro se sinta responsável pelo empreendimento quebrando vínculos com a antiga noção de empregado x patrão, fruto de experiências com a heterogestão presente nas empresas capitalistas. Mas, como está, de fato, acontecendo a autogestão nos grupos investigados?

Nas empresas capitalistas a heterogestão predomina, ou seja, na administração hierárquica, os papéis e funções são bem definidos e as ordens e instruções vão sempre fluir de cima para baixo, enquanto que as informações e consultas de baixo para cima. Nesse sistema os empregados que pertencem ao baixo escalão de uma empresa irão deter pouca informação acerca do seu funcionamento recebendo apenas o necessário no cumprimento de suas atividades. O nível de informação sobre a empresa vai crescendo à medida que sobe de posição nessa escala hierárquica, o que representa uma participação mínima nas decisões tomadas na empresa para aqueles que compõem o baixo escalão e seu progressivo crescimento ao ascender dentro desse patamar.

Nos processos de heterogestão a competitividade interna entre setores é enfatizada, visto que se instala certa rivalidade que pode, inclusive, ser levada a extremos prejudicando o crescimento da empresa. Se por um lado na heterogestão estimula-se a competição, contraditoriamente necessita estimular também a cooperação. Paul Singer explica:

A heterogestão, para atingir seus objetivos, tem de suscitar o máximo de cooperação entre os empregados, agrupados em seções, departamentos e sucursais. Competição e cooperação são a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado. (2002, p.18)

Nas empresas solidárias a heterogestão não responderia a seus fundamentos sendo preciso organizar o processo administrativo de forma democrática e participativa. A autogestão é, portanto, um dos importantes princípios da cooperação. Nas empresas solidárias de pequeno porte a autogestão pode ser empreendida de forma direta por meio de assembléias que são realizadas em curtos intervalos, entretanto em empresas com um número bastante significativo de sócios, remeter as decisões às grandes assembléias é quase inviável para que se chegue a um consenso. Dessa forma, como acontece nas sociedades democráticas, elegem-se delegados por seção ou departamento para que discutam e tomem decisões em nome de todos. O que realmente é significativo na autogestão, além da participação de todos nas decisões, é que as informações e consultas são feitas de cima para baixo e as ordens e instruções são tomadas de baixo para cima, ou seja, aqueles que são sócios, que cooperam entre si, que nas empresas tradicionais estariam na base da pirâmide hierárquica, são os que comandam e que detêm todas as informações acerca da empresa decidindo os rumos que esta irá tomar. Na empresa solidária todos os sócios devem saber tudo sobre a empresa, pois não representam forças opostas como na empresa tradicional que mesmo discursando que seus empregados “são parte de uma família maior – a empresa”, o que de fato ocorre é que empregados e patrões são representações de forças opostas.

As associações estudadas desenvolvem a autogestão, movidas pelo princípio da democracia, favorecida, principalmente, pelo grau de intimidade e convivência entre os sócios o que permite um diálogo aberto. As assembléias são poucas porque as decisões mais rotineiras parecem acontecer no dia-a-dia, nas conversas. As consultas diárias

são informais, as discussões são quase inexistentes e muitas decisões próprias do gerenciamento cotidiano ficam a cargo da coordenadora: “[...] as decisões são feitas aqui por mim, aí eu não estando presente, nós temos aqui a vice-presidente e não estando têm as outras sócias [...] são quem resolvem [...] já vai logo dizendo: fulano ligou, tem que ligar para fulano de tal. A força maior é a minha, mas somos nós” (Coordenadora da associação 2).

De certa forma observo que existem poucas tarefas e, por isso, as decisões são rotineiras, por exemplo: aceitar ou recusar encomendas, comprar ou não comprar certo produto, participar ou não de algum evento. Nos discursos, quando questionados sobre as reuniões e assembléias, esclarecem que são organizadas quando vão ser tomadas decisões maiores, por exemplo, para decidir cargos a serem assumidos dentro da associação, representações para eventos e feiras e a participação em cursos de formação. Existem também reuniões esporádicas para discutir o pagamento da contribuição, ou problemas que porventura surjam.

A organização dos grupos de produção é bem definida no que concerne aos papéis que cada um assume, divididos entre coordenação, secretaria e tesouraria, tendo ainda os fiscais e o conselho. Todos os membros, independente desses papéis, assumem a produção propriamente dita e são remunerados pelo que produzem não havendo remuneração extra para o desempenho nesses cargos. Cada membro da associação participa da produção de encomendas que vão surgindo e possuem total autonomia para receber outras encomendas individualmente. Essa autonomia se estende ao horário de trabalho, conforme a disponibilidade de cada um. Percebo que o maior vínculo com a associação é a participação na produção quando são feitas encomendas à associação ou quando os produtos, que vão para a exposição na lojinha da sede, são vendidos. Em todos esses casos o lucro vai para o artesão.

A coordenadora descreve a organização dos turnos enfatizando a liberdade de cada um para compor seu próprio horário. Prioriza em sua declaração a necessidade da casa-sede estar sempre aberta, o que representa sua preocupação em manter a associação funcionando nos três turnos. Outro ponto que deve ser ressaltado é a presença permanente da coordenadora na sede, rotineiramente, estabelecendo uma frequência maior que dos outros membros e uma sobrecarga de responsabilidades.

Outro entrave na organização dessas experiências está na ausência de rotatividade de funções, principalmente quando se trata do

cargo de coordenador. Nas experiências estudadas, aquele líder que todos apóiam, representa não só quem deve organizar as atividades e garantir a participação de todos para o bom andamento do empreendimento, mas é aquele que, em certa medida, toma para si a responsabilidade da própria existência da associação e de seu crescimento.

A substituição do coordenador ou coordenadora deve ser feita por meio de eleições, entretanto, as coordenadoras das três experiências estudadas declararam que permanecem no cargo há muito tempo e que os sócios não se interessam em substituí-las: “[...] um monte de ano, já estou até pra desistir, acho que já está uns cinco anos já ou cinco eleição, que é de dois em dois anos é [...] muda a tesoureira, muda a vice, muda a secretária, mas a coordenadora continua a mesma” (Coordenadora da associação 1).

É também importante na autogestão que todas as responsabilidades sejam divididas entre os sócios e não devam ficar só a cargo do grupo gestor, principalmente em experiências em que estes são produtores tanto quanto qualquer outro sócio. Dessa forma, dividem-se as tarefas, evitando que o coordenador fique sobrecarregado tendo que cumprir sua quota de produção mediante o tempo estipulado pelo acordo com o cliente e, ainda, preocupar-se sozinho com os problemas gerais da empresa.

No período de produção intensa todos devem observar como está sendo distribuída a demanda entre os integrantes, organizar-se para suprir possíveis necessidades caso algum artesão não dê conta de sua quota de produção, deve esforçar-se para cumprir seu prazo, mantendo sempre a qualidade do produto. Cada membro é fiscal de qualidade na associação e procura fazer críticas construtivas aos trabalhos dos colegas. A autogestão exige um esforço adicional de cada sócio e é esse esforço que caracteriza a cooperação entre eles, sem a necessidade de incentivar a competitividade. O que pode desgastar o processo de autogestão são os conflitos nas relações que são gerados quando algum membro deixa de cumprir suas tarefas, quando não compreende a necessidade da participação de todos, quando não aceita críticas, dentre outras circunstâncias.

Para Singer, um dos maiores vilões da autogestão “é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige” (2002, p.19). Nas associações estudadas é principalmente a coordenadora ou grupo gestor que acumula essa sobrecarga de atividades, produzindo, cobrando, redistribuindo tarefas quando as metas de produção não estão sendo cumpridas, avaliando a

qualidade, enfim, a acomodação dos sócios e a delegação de poderes ao grupo gestor é uma característica observada e que pode indicar construtos culturais de antigas práticas. O modelo de autogestão ainda está sendo construído na lógica comportamental da maioria dos associados, caminhando entre situações de total dependência àqueles que coordenam, o que caracteriza aspectos contraditórios aos seus princípios (da autogestão), e em outras ocasiões vivenciando papéis coletivos, tais como, na avaliação do seu trabalho e do trabalho dos colegas. Singer faz uma reflexão sobre as práticas autogestionárias e o perigo de sua degeneração:

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura [...] As pessoas não são naturalmente inclinadas à autogestão, assim como não são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e temer os “superiores” desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira (2002, p.21).

A cultura elaborada na sociedade capitalista forma para processos de sujeição dos indivíduos àqueles que dominam, num aprendizado cotidiano de luta entre “dominantes” e “dominados”, numa deficiente formação “democrática” pautada por situações minadas por poderes. Esses aprendizados são construtos das famílias patriarcais, das escolas, das igrejas, estendendo-se pela vida profissional nas empresas e organizações capitalistas. Por outro lado, o envolvimento em lutas emancipatórias, na participação em sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, entre outros, acontecem em contraposição a esses aprendizados, permitindo processos de contra-saberes. São lições que envolvem a participação em processos de

autogestão, tendo como pano de fundo um cenário composto pela prática democrática, em que as vozes não devem ser interrompidas, mas ao contrário, precisam se fazer presentes.

Ao falar de problemas que envolvem a autogestão os sujeitos apontam como maiores entraves, nas três experiências observadas, questões relativas a recursos para incrementar e viabilizar o empreendimento, visto que não há preocupação com quotas iniciais que deveriam se transformar em recurso para movimentação. A mensalidade ou porcentagem sobre as vendas é utilizada para manter os gastos cotidianos como pagamentos de água, luz, telefone, garantir o envio de encomendas (frete) e a compra de algum material necessário à produção. Os depoimentos abaixo caracterizam os problemas financeiros enfrentados, principalmente relacionados à irregularidade do pagamento das mensalidades e do alto custo de materiais necessários: “O fundo [...] a gente usa pra pagar talão de água, luz, conta de telefone, mas no próprio trabalho precisa [...] precisa comprar anilina, e é bastante caro [...]” (Coordenadora da associação 2).

As associadas também colaboram com a limpeza, organização e atendimento ao público na associação: “não pagamos ninguém de fora [...] nós mesmo zelamos o prédio [...]” (Coordenadora da associação 3). Assim, a coordenadora é aquela que quase nunca se ausenta da associação e que sempre está disponível para fazer e organizar essas atividades. Além disso, é sempre requisitada para dar cursos fora da entidade, sendo remunerada pelo contratante.

Além da coordenação existem outros cargos: vice-coordenador(a), tesoureiro(a), secretário(a). O tesoureiro (a) é responsável pela arrecadação das mensalidades e controle dos recursos que entram, distribuindo esses recursos entre os membros de acordo com a produção de cada um. Ganha mais quem produz mais e menos quem produz menos. No grupo das rendeiras cada membro é responsável pela compra de seu material e ganha com o que consegue produzir e vender. Os grupos funcionam primeiramente como suporte para o recebimento de encomendas, permanecendo o trabalho mais individual e regulado pelo próprio artesão, entretanto, é na associação que muitas famílias se apóiam nos momentos de maior dificuldade econômica, fazendo amigos e companheiros de sua situação social.

Em outra associação esse fundo que é composto pela contribuição dos sócios é de conhecimento de todos e a coordenadora afirma: “[...] fica pro fundo rotativo 20% do lucro. Fica numa conta pra comprar matéria-prima. A gente mexe quando a pessoa precisa do

dinheiro, mesmo sem ter trabalhado a gente arruma, se tiver na associação a pessoa tem dinheiro” (Coordenadora da associação 2).

A divisão das encomendas é feita pela coordenadora que distribui para todos e a quantidade muitas vezes é determinada pela agilidade da artesã que ao concluir sua parcela de peças pode iniciar outra remessa. A meta é contemplar a todos com trabalho e, muitas vezes, pessoas que não são associadas colaboram quando a encomenda é muito grande.

A coordenadora procura sempre verificar a qualidade do que está sendo produzido e diz que, muitas vezes, as críticas não são aceitas, então procura fazer um trabalho de conscientização porque é o nome da associação que está em jogo. No entanto, observei que esse controle é feito por todos, que durante as conversas dentro do grupo observam e chamam a atenção, principalmente dos mais jovens.

Em muitos momentos, o coletivo é permeado pelo individual, pelas necessidades particulares, pela realidade singular. A artesã fica sem trabalho quando não consegue comprar o material necessário para produzir e vender. A associação, enquanto grupo de produção não lhe garante a matéria-prima principal, as companheiras também não conseguem ser solidárias por não possuírem recursos. O que inquieta é não se problematizar, não buscar soluções para essas situações, não colocar nas pautas das reuniões problemas como esses: “muitas vezes não pude produzir as encomendas que a associação recebeu porque não tinha dinheiro para comprar o material, a linha [...] a gente tem que comprar nosso material e cada um ganha pelo que produz [...]” (artesã da associação 1).

O grupo de produção perde sua identidade, deixa de ser grupo se o trato na produção é individual? A cooperação é de fato cooperação se os mecanismos que legitimam as relações entre os sócios não gerarem solidariedade, divisão igual de ganhos? Se não estimulam a participação de todos em todos os processos? Como lidar com essas irregularidades dos processos coletivos, que podem afastá-los de seu verdadeiro paradigma?

Os processos de organização, gestão, acompanhamento nesses grupos são marcados pela decisão coletiva. São os sócios que decidem como vão se dá as atividades, como serão repartidos os ganhos, que medidas serão utilizadas. O grupo regulamenta os processos internos que irão fundamentar a produção e comercialização de seus produtos, entretanto o trato com o produto, as condições de trabalho são conduzidas individualmente.

Ao tratar de solidariedade em seus estudos acerca do caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, Candido (2003) retrata e caracteriza o trabalho coletivo como elemento principal de construção do bairro, da comunidade. A manifestação mais importante da solidariedade e do trabalho cooperado é o mutirão que nas comunidades periféricas, pouco urbanizadas, predomina como sociabilidade vicinal. Esse tipo de trabalho associado é legitimado culturalmente, seja pela religiosidade ou mesmo pela proximidade entre as pessoas, presentes nas pequenas comunidades. Antonio Candido descreve:

Consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçado, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação, etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal (2003, p.88).

Essa forma de cooperação, os mutirões, são organizações importantes à própria subsistência em muitas comunidades. O meio de vida dos grupos sociais se forma em princípio pela relação entre necessidades e os recursos que o meio físico oferece e a constituição desse enfrentamento material por meio da colaboração, da solidariedade entre os indivíduos que pressupõe organização na busca da satisfação dessas necessidades. Sem organização, por mínima que seja, os homens e mulheres não seriam fortes o suficiente para manter-se em constante desenvolvimento.

As relações dentro desse coletivo que é a sociedade deveriam enfatizar os interesses coletivos, seja por meio de trocas ou mesmo interesses individuais desde que não anulem o sentido de coletividade próprio da sociedade. Assim, a sociedade, segundo o autor, não está fundada essencialmente no individual e sua base central, portanto, não

deveria ser a propriedade privada, mas a cooperação, por mínima que seja. O sistema de expropriação de uns por outros se refere à quebra desse equilíbrio social, são situações de “anomalia” do caráter do próprio conteúdo social. Legítimo seria que a sociedade, resguardada em sua essência, fosse construída tomando como proposta relações de cooperação, por ser eminentemente arquitetada pelos homens para o bem coletivo destes.

Cabe ressaltar que a construção da vida societal envolve propostas que vão além das relações materiais, diz respeito à própria produção da cultura, portanto, pode-se dizer que a organização da sociedade capitalista, que evidencia a competitividade e a individualidade, necessita nascer como inspiração cultural também, buscando sobrepor-se à própria essência e caráter coletivo presente no conteúdo social. São nesses modelos de sociedade “deficitária” que as brechas de contra-hegemonia se fazem presentes.

É nesse sentido que no centro de organizações como as associações de trabalhadores, construídas sob o lema da cooperação, do coletivo, tornam-se, muitas vezes, deficientes em sua sociabilidade. São propostas que se contrapõem a aprendizados outros, que trazem conteúdos contraditórios, realidades “debilitadas” pela sociedade maior, “deficiente” em seu próprio significado: sociedade – pessoas que se associam.

Os grupos como espaço de convivência, de diálogo, de encontro

As observações nos grupos de produção sempre permitiram anotações referentes à convivência, ao diálogo, aos processos relativos ao potencial do encontro, do bom entrosamento. Os sujeitos envolvidos nos trabalhos artesanais cumprem as atividades da arte do trançado com muita leveza, organizam seu tempo, seu espaço, conversam quase sempre motivados pela alegria. Chamou-me a atenção a alegria desses momentos, constante em todas as visitas que fiz aos grupos, pois se trabalha com prazer e o trabalho parece perder seu aspecto negativo, talvez pelo potencial criativo próprio da arte. A produção das peças é, na maioria das vezes, caprichada, mesmo que o artesão já tenha produzido muitas peças do mesmo estilo, a produção continua sempre com a mesma qualidade. A preocupação com a quantidade que se produz, apesar de definir o reembolso financeiro, não salta aos olhos. O que se faz mais é conversar, “prosear”, na voz dos entrevistados: “trabalha, conversa, prosa uma com a outra [...] é gostoso trabalhar, vai levando a vida pra frente!” (artesã da associação 3).

A dimensão do trabalho, representante direto do potencial criativo dos artesãos redescobre uma dimensão mutilada pelo trabalho reificado, alienado, e que, nesse caso, pertence à esfera artística, aspecto imbricado no potencial humanizador da arte – o prazer. O potencial humano de atribuir ao trabalho, por meio do ato teleológico, sua subjetividade é dimensão operante do próprio trabalho, e é essa mesma dimensão que permite o salto ontológico do homem da esfera animal para a esfera social. Segundo Lukács:

Somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório. Ele é em sua natureza uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto com a natureza inorgânica [...], quanto com a orgânica, inter-relação [...] que se caracteriza acima de tudo pela passagem do homem que trabalha, partindo do ser puramente biológico ao ser social [...] Todas as determinações que, conforme veremos, estão presentes na essência do que é novo no ser social estão contidas *in nuce* no trabalho. O trabalho, portanto, pode ser visto como um fenômeno originário, como modelo, protoforma do ser social [...] (LUKÁCS, 1980, p. IV-V, apud ANTUNES, 2001, p.36).

Para Lukács, nesta mesma obra, é também pelo trabalho que o homem se complexifica enquanto condição humana, estabelecendo com os outros seres humanos processos de interação compondo um universo denominado de sociabilidade. O trabalho, enquanto categoria mediadora das interações homem-natureza, possibilita ao homem reproduzir-se, seja por sua qualidade intrínseca de renovar a vida biológica, mas por seu papel mediador, por meio do “pôr teleológico” exclusivo dos homens e mulheres, permitindo construir a sociedade e o mundo cultural que os distingue dos animais. Com esse ato imprime à matéria sua subjetividade dotando-lhe de sentido como nascimento de uma nova objetividade.

As interações, fruto do processo de comunicação que os indivíduos subscrevem em seu cotidiano são mediadas por essa *práxis* composta pela consciência coletiva adquirida por meio do trabalho. O homem pela capacidade teleológica propõe finalidade para o objeto que quer criar, concebendo os meios para conferir-lhe enquanto produto de sua ação e o produz. Acrescente-se a essa idéia todo o processo de

planejamento, elaboração e estudo que permite ao homem agir e que está presente com mais força na primeira etapa, mas não se extingue durante o produzir, momento em que testa suas hipóteses, teses e idéias.

Na vida em sociedade essa dimensão que poderia chamar de educativa do próprio processo de trabalho é ainda projetada sob as trocas entre os sujeitos, às experiências e idéias novas, principalmente quando permeiam cotidianos de trabalho coletivo. Os homens e mulheres se fazem seres sociais a partir dessa “convivência” e dessa potencialidade produtiva material, possibilitando a reprodução da própria vida, tanto nos primeiros degraus da existência da condição humana: alimentação, moradia, vestuário, transporte, etc., como em escalas maiores conferidas pela educação, lazer, arte, filosofia, poesia, pintura, literatura, música, enfim, tempo livre cheio de sentido pelo trabalho (ANTUNES, 2001).

O trabalho quando proporciona prazer revigora a humanidade presente nos sujeitos, uma humanidade mutilada pela miséria material. Sua organização confere movimento diante da situação de exclusão social em que muitos se encontram, revigora a auto-estima das pessoas que se sentem atuantes diante de sua realidade.

A ação coletiva é entendida não só como agrupamento, reunião de pessoas para realização de atividades que tem como fundamento o mesmo objetivo, mas apresenta-se, também, como movimento e, segundo Melucci, manifesta-se na “ruptura dos limites de compatibilidade do sistema” (2001, p.35). O desemprego crescente é o principal sinal da crise que mobiliza os agrupamentos produtivos, entretanto, os movimentos e ações coletivas não devem ser considerados respostas às crises, mas sua expressão, expressão de conflitos. Os movimentos, as lutas sociais advindas das organizações coletivas, portanto, não são atitudes construídas por conjunturas sociais, que possuem características de passagem, temporárias, mas são fruto de crises estruturais, conflitos que surgem de situações políticas construídas sob pólos divergentes, por exemplo, a luta pela terra, que apresenta agricultores e seus representantes de um lado e latifundiários e agências de proteção de outro, nascem de uma situação estrutural conflituosa, dada a formação da sociedade de classes no capitalismo, a má distribuição da terra e a legitimação da propriedade privada.

Na realidade discutida a ação coletiva empreendida no processo de produção representa um movimento que traz como base o conflito e as crises estruturais, primeiro porque é constituída por sujeitos

representantes de uma classe específica – a classe trabalhadora; segundo porque empreendem um processo de luta cotidiana com sua realidade na busca de superar as condições de pobreza material em que se encontram, e que revela, muitas vezes, a negação das formas com as quais se constitui a sociedade; terceiro porque se relacionam com o mercado, as estruturas econômicas e sociais organizados sob o modo de produção capitalista trazendo sua estrutura totalizadora contra a qual os grupos se deparam cotidianamente.

Os entraves com os sistemas externos ao movimento, com os aparatos com os quais concorrem, assim como as relações internas, geram aprendizagens que possibilitam a formação do “ator coletivo”, sua manutenção e transformação dentro do tempo e do espaço ao qual pertence. Nas palavras de Melucci: “A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre atores. Processos de mobilização, formas organizativas, [...] são níveis de análise significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo” (2001, p.23).

A ação coletiva, enquanto representação de pólos divergentes dentro de certa organização, enquanto negação das formas como esta se constitui e se mantém apresenta-se como possibilidade de mudança ou como mensagem renovada, como indica Melucci, representa a ruptura com a sociedade tal qual se apresenta, pelo menos com certas “verdades” que sustentam suas estruturas e que são negadas pelo próprio entrave ideológico, a partir de um novo pensamento. Esse novo pensamento social é composto pela essência reivindicatória de cada grupo contrário, ou seja, as bandeiras desses movimentos reivindicam uma nova estrutura social: melhor distribuição de terra; valorização das diferenças étnicas; respeito às diferenças de gênero e de sexualidade; espaço para a cultura juvenil; espaço de trabalho justo e participativo, etc. “Os movimentos são um sinal. Não são apenas produto da crise, os últimos efeitos de uma sociedade que morre. São, ao contrário, a mensagem daquilo que está nascendo. Eles indicam uma transformação profunda na lógica e nos processos que guiam as sociedades complexas” (MELUCCI, 2001, p.21).

Entretanto, a reelaboração da concepção de mundo das classes populares nasce não só dos processos coletivos, mas dos pontos de ruptura no processo de dominação. O principal elemento de resistência compreende a própria fragmentação da consciência popular, atuando como obstáculo, seja na consolidação da hegemonia “burguesa” ou na

própria construção do pensamento novo e processos contra-hegemônicos. Segundo Damasceno:

Convém destacar também que, se esta ‘resistência’ dos setores populares, não é em si revolucionária, tampouco é reacionária, notadamente no que se refere à elaboração de uma concepção de mundo própria. Não obstante, a descoberta deste ponto de ruptura constitui um elemento sumamente importante no desencadeamento de uma prática educativa transformadora (1990, p.35).

A ação dos sujeitos sobre sua realidade, pensada e articulada pela organização dessa ação a partir do ato reflexivo é que estabelece uma relação entre o que se faz e a clareza desse agir. Para Domingos, a reflexão, nesse sentido só ocorre quando “somos capazes de nos transformar em objeto de nossa própria atenção e a consideramos como um ato completo” (2002, p.58). A ação não dissociada do pensar sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o fazer, uma ação que é *práxis*, como expressão entre o pensar e o agir de um sujeito consciente.

À consciência, portanto, é atribuído o caráter transformador e sua fragmentação revela que se torna necessário mais que elementos de resistências para que se organizem núcleos revolucionários, pois essa fragmentação impede que qualquer concepção de mundo torne-se hegemônica. Para Gramsci somente por meio de processos educativos, seja na escola, nos sindicatos, partidos políticos, tendo como representante os intelectuais orgânicos é que se pode trabalhar e desenvolver a consciência política.

Portanto, fica claro que os processos de “contra-saberes”, de renovação e luta pela transformação social se fará mediante um projeto político-histórico destinado a desenvolver as camadas populares na perspectiva de dirigentes. É por meio da educação que se elabora o ato político, pois o ato educativo atua sobre a consciência e a cultura, tornando a cultura do senso comum que é fragmentária em elaboração lógica e consistente, conferindo ao saber popular elos necessários a superação de sua condição de fragmento.

O processo de aprendizagem

A discussão acerca da aprendizagem que subtende o processo de trabalho presente nas associações pode ser dividida em quatro momentos diferentes: 1) a aprendizagem cotidiana, que surge nos

processos de gestão e integração dos indivíduos nas atividades vivenciadas na associação; 2) a aprendizagem ministrada pela família no que tange, principalmente, a formação do artesão e as habilidades e técnicas necessárias a prática do artesanato; 3) a organização e gestão de cursos dirigidos aos mais jovens por membros mais antigos das associações a fim de não deixar morrer a arte do trançado e preparar as novas gerações para o trabalho na associação; e por fim, 4) a participação em cursos organizados e ministrados pelo Sebrae e SESCOOP/PI⁶ que objetiva, principalmente, discutir pontos relativos à organização do grupo, o gerenciamento das atividades e sua inserção no mercado capitalista.

Ao falar em formação a presença do Sebrae é sempre mencionada, entretanto pareceu-me pouco aprendizado técnico com relação a inserção no mercado e o modo de lidar com situações que este exige. A organização, a estrutura das associações ainda é simples, sem muitos registros.

As artesãs mais experientes falam com alegria de todos os seus alunos, quantificam aqueles que aprenderam a arte do trançado nas suas aulas. Ficam felizes em repassar o que sabem e ver que estes continuam exercendo sua profissão e que a arte aprendida com seus antepassados continua viva nas gerações futuras.

As coordenadoras descrevem experiências com a organização dos cursos e falam da importância dessa iniciativa para a comunidade e para o trabalho nas associações. Apontam como principal argumento a preparação dos jovens para o trabalho e a necessidade de se resguardar a arte do trançado para que continue sendo repassada de geração a geração.

Nas discussões sobre os cursos ministrados nas associações uma das coordenadoras apresenta o planejamento e as estratégias de estruturação dos cursos, de modo muito simples, mas revelando organização pedagógica. Procura dar ênfase aos cursos como um dos primeiros passos para integrar-se ao grupo e tornar-se sócio.

A gente começa falando da carnaúba. [...] a gente tira de uma carnaúba e demora quinze dias pra tirar daquela mesma pra não prejudicar a árvore [...] a gente faz todo esse processamento de secagem, [...] Nem todos aprendem logo a fazer todo o procedimento. Aí começa a trançar primeiro o porta-prato

⁶ Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

que é mais simples [...] [...] eu ensino tudo, desde a secagem da palha, o primeiro processo de trançar, até os mais complicados [...] (Coordenadora da associação 2).

A juventude, público para o qual são destinados os cursos ministrados pelas associações descrevem esse processo de aprendizagem como uma necessidade para sua inserção nas associações. Nos discursos falam da dificuldade de aceitar críticas e dos momentos de repetição necessários ao aperfeiçoamento dos trabalhos: “A gente recebe (críticas), tem gente que acha ruim [...] a gente tenta assim aprender a não errar [...] mas sempre erra [...]” (jovem da associação 2).

Saberes gerenciados pela família

O saber do artesão, geralmente é passado de pais para filhos, tios para sobrinhos, parentes. Antes, os pais, principalmente as mães para as filhas no caso da renda de bilro e trançado com a palha, destinavam certa quantidade de horas por dia para ensinar seu ofício de artesã aos filhos. Entretanto, nem todos os jovens queriam tornar-se artesãos, mas acabavam obedecendo e, muitas vezes, executavam as tarefas a contragosto. Uma das rendeiras agora mãe e instrutora das filhas relata: “[...] Aí ela dizia: olhe, agora você vai fazer aqui sua renda, você só vai sair daqui quando terminar esse papelão [...] e a gente aprendia [...] na época eu tinha muita preguiça de fazer aquele trabalho. E às vezes eu chorava [...]” (artesã da associação 1).

Atualmente nota-se que esse aprendizado vai se definindo de modo informal por meio da presença constante dos filhos nas associações. Desde pequenos os filhos acompanham os pais e vão familiarizando-se com as técnicas e conhecimentos necessários à arte da produção artesanal. Quando estão em condições de produzir começam a ajudar os pais na fabricação das peças e introduzem-se espontaneamente nas associações. A necessidade de ajudar na renda familiar é um dos fatores que mais vem estimulando o aprendizado e a inserção dos jovens nesse trabalho artesanal. Os jovens relatam: “Quando eu entrei não sabia, mas minha mãe já trabalhava, aí sempre eu estava ali [...] eu comecei desde pequena a ajudá-la na produção” (jovem da associação 3).

A família aparece aqui como unidade econômica e se encarada pelo prisma da economia a reprodução das gerações se constitui por meio dos laços de solidariedade e das relações entre os mais novos com

os mais velhos. Na família a solidariedade é construída por laços afetivos, pelos rituais de convivência impressos pela organização cotidiana: a hora das refeições, os encontros e diálogos que nascem nas atividades domésticas, no compartilhar dos mesmos espaços. Segundo Dowbor “a solidariedade é marcada pela panela, pelo fato de um grupo sobreviver em torno do mesmo fogão de cozinha. [...] a sobrevivência das sucessivas gerações, no passado, dependia vitalmente da solidariedade familiar, e depende ainda em grande parte nas sociedades modernas” (2005, p.293).

A economia familiar que se desenvolve por meio de trocas entre as gerações, de modo eminente nas zonas rurais, ocorria nas sociedades tradicionais e ainda hoje se pensarmos que metade da população mundial dedica-se à atividade agrícola, numa agricultura familiar, organizada por diversas formas de divisão do trabalho, focando a família como espaço não só de reprodução social e o trabalho como continuidade entre gerações, mas com função de reelaboração de práticas, resgatando e criando novas formas de articulação do trabalho. O modelo moderno de urbanização e organização do trabalho é centrado em lógica oposta como analisa Dowbor:

É essencial entender que o espaço da família era um espaço onde se faziam coisas juntos, como era o caso das comunidades. O desaparecimento dessa dimensão da organização social gera uma sociedade de indivíduos que rosnam uns para os outros na luta pelo dinheiro e esquecem que a qualidade de vida é uma construção social. *Vencer na vida*, da forma como nos apresentam diariamente na televisão, é um processo de guerra contra os outros, e resulta em morarmos num condomínio caro e cercado de guaritas. É o *sucesso* (2005, p.303).

O trabalho proposto pelo projeto de modernidade é, inicialmente, desvinculado da família e separado por sexo e idade, endereçado exclusivamente ao homem, articulado num espaço onde a família não pode entrar. Paulatinamente a luta pela emancipação e valorização da mulher vai reeditando esse modelo como espaço também feminino, e que na contemporaneidade ainda é construído sob a forma de um mercado machista, endereçando à mulher trabalho de segunda ordem, ou seja, funções de subordinação e salários menores se comparados à remuneração masculina. Nesse modelo de trabalho

organizamos nossas vidas para o trabalho e não o trabalho para nossas vidas, no sentido da construção de uma vida com qualidade.

A formação ministrada pelo Sebrae e Sescop

A formação ministrada pelo Sebrae, bem como o curso de cooperativismo ministrado pelo Sescop/Pi trazem como objetivo organizar os grupos e capacitá-los para a gestão empresarial. Alia-se a esse objetivo a formação para o trabalho coletivo no que concerne a sistemática de trabalho em grupo relacionada à legislação vigente que rege o cooperativismo.

Particpei do curso de formação de novas cooperativas e os conteúdos voltavam-se, principalmente, para o conceito e doutrina cooperativista; organização do sistema cooperativista e características das pessoas jurídicas de direito privado (diferença entre associações, cooperativas e sociedade empresárias). As atividades foram organizadas despendendo oito (8) horas/aula para cada conteúdo. O ponto alto do encontro foi uma atividade onde iríamos construir uma cooperativa de fabricação de ornamentos para festas juninas e competiríamos entre nós para atrair o cliente oferecendo os melhores preços, mas garantindo uma boa margem de lucro por meio da redução de gastos na aquisição do material utilizado na fabricação, numa visão tradicional de organização empresarial.

Inicialmente os trabalhos foram organizados em grupos pequenos, distribuindo o material para leitura com perguntas para iniciar a discussão. O primeiro texto trazia os principais conceitos – o que é uma cooperativa? Quais os valores do cooperativismo? Que princípios e virtudes devem ser estimulados no cooperativismo? Conforme o material apresentado:

Cooperativa é uma organização de pelo menos vinte pessoas físicas, unidas pela cooperação e ajuda mútua, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns, cujos aspectos legais e doutrinários são distintos de outras sociedades. Fundamenta-se na economia solidária e se propõe a obter um desempenho econômico eficiente através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios associados e aos usuários (mimeo – material do curso).

Com relação aos valores o texto traduziu-os como “pilares essenciais sobre os quais a empresa cooperativa se constrói”. Esses elementos sintetizam aspectos ligados à autogestão e principalmente a colaboração democrática entre os membros do grupo. São eles: ajuda mútua e solidariedade; responsabilidade; democracia; igualdade e equidade; honestidade e transparência; responsabilidade social; e preocupação pelo semelhante.

Ao descrever as virtudes o texto apresenta alguns aspectos ligados à própria gestão financeira do empreendimento como, por exemplo: pagamento sempre em dinheiro evitando o endividamento; poupar sem sofrimento – estimulando os sócios a garantir sempre um fundo reserva; suprimir os parasitas – referindo-se aos atravessadores na compra e venda de produtos e serviços; facilitar a todos o acesso à propriedade, ou seja, socializar os meios de produção; estabelecer o justo preço – incentivando a eliminação da prática especulativa e a justa remuneração de todos.

Outros itens, ligados ainda às virtudes referiam-se diretamente as relações entre os sócios e destes com o empreendimento. São eles: viver melhor a partir do trabalho coletivo; combater o alcoolismo e vícios de maneira geral; integração das mulheres nas questões sociais; educar-se e educar o outro para gastar com responsabilidade; eliminar o lucro capitalista, pois o objetivo é a satisfação das necessidades humanas; e abolir os conflitos.

Nesse primeiro momento observo que os traços formativos tentam implantar conhecimentos de gerência empresarial, traduzindo aspectos ligados ao mercado capitalista como, por exemplo, quando se refere aos atravessadores ou a noção necessária à atribuição de preços aos produtos, integrando-os a aspectos ligados a formação humana e coletiva, ligados à questão da solidariedade e trabalho em grupo. Entretanto, chama a atenção aspectos contraditórios como “eliminar o lucro capitalista, pois o objetivo é a satisfação das necessidades humanas”. Esse elemento gerou nos participantes ampla discussão, primeiro porque não integrava a noção de gerenciamento que o instrutor apresentava e segundo porque os participantes, principalmente os fiéis à lógica capitalista, não compreendiam o trabalho dissociado do lucro e da produção de riqueza.

Por outro lado, essa noção relativa ao lucro precisava ser aprofundada, visto que o lucro capitalista é obtido mediante a exploração do trabalhador, do tempo de trabalho e, portanto, não é o lucro em si que forja a desigualdade, mas as formas como este é gerado. É um engano remeter-se aos elementos humanitários que

podem construir uma nova forma de gestão da economia, sem antes propor um estudo acerca dos meandros que fazem o sistema com o qual aprendemos a negociar, a produzir, a interagir durante tanto tempo, estabelecendo análise crítica às formas e estruturas que o fundamentam.

Os indivíduos que participam dos grupos de produção não se apresentam diretamente como colaboradores de uma nova gestão econômica, tampouco analisam e criticam em profundidade o modelo econômico sob o qual a sociedade vem se mantendo. Possuem uma relação simplificada com o universo econômico, lidando com processos de compra e venda, mas desconhecem os fundamentos e os elementos escamoteadores desse sistema. Entretanto, são capazes de construir relações de produção pautadas pela associação, organizar a autogestão dos grupos de trabalho, produzindo peças de qualidade, espaços de formação para os jovens, integrando as famílias da comunidade que buscam o trabalho na associação, driblando balancetes com conhecimentos empíricos, comandando processos de interação e gerenciando contratos de parceria. Se tudo isso não significar que o povo pode elaborar propostas alternativas de trabalho, partindo de relações de produção diferenciadas e organizar-se enquanto sujeitos de um projeto mais amplo de contra-hegemonia no trabalho, irá representar o quê?

Na entrevista com a representante do Sebrae fica claro que o objetivo desse órgão é propor uma sistematização do trabalho das associações por considerar que o modelo construído é simplificado e empírico, portanto não é o ideal. O jeito de produzir dos grupos investigados, as relações, as formas de organização dos trabalhos são diferentes dos modelos de empresa que conhecemos com relação ao tempo de trabalho e à distribuição de funções e regras. Em suas palavras:

[...] a gente não quer que elas se separem dos maridos não, a gente só quer que elas vejam a atividade com mais profissionalismo. O horário do expediente, das 14h às 18h, esse é o horário certo. E aí, às vezes a gente chega lá, ah! Mas nós trabalhamos o dia todo, se você chega lá determinada hora você vê que elas estão começando a chegar às nove, às 11h vão embora, às 15h tão chegando, às 17h vão embora, esse é o normal. Agora, quando elas estão com muita encomenda, elas tão

chegando às 4h da manhã, eu estive lá semana passada, era 21hs e elas ainda não tinham saído [...].

A organização dos horários e da rotina de trabalho procura levar em consideração outras necessidades dos artesãos, principalmente porque estes estão dispostos a abrir mão de muitas horas de trabalho para dar conta de encomendas, levando em consideração que o trabalho se estende na própria família. O trabalho realizado em casa e que não é computado, faz parte da jornada que muitas vezes é maior do que é observado visitando a associação.

A visão do instrutor do Sescop sobre empreendedorismo está muito ligada à noção de mercado numa acepção mais tradicional, que compreende o termo como iniciativa empresarial privada. O empreendedorismo, tratado na análise empresarial, é associado à criação de um negócio privado, reduzido por um olhar meramente economicista, utilizado para caracterizar a geração de valor econômico e a exploração das oportunidades de mercado. O termo “empreendedor” surgiu na França por volta dos séculos XVII e XVIII⁷ e significa em francês: “aquele que se compromete com o trabalho ou uma atividade específica e significante” e, desde então passou a ser enfocado numa visão de sujeito instrumentalizado para a competitividade, para o gerenciamento empresarial e organização de negócio próprio.

Entretanto, o termo empreendedor social aparece como uma espécie de gênero dos empreendedores, aproxima-se da idéia do empreendedor como agente de mudanças sociais, portanto, desvincula do viés economicista para ligá-lo ao viés social. Empreender potencialidades humanas: auto-organização, organização do meio, organização com o outro. Uma das características do empreendedorismo social é o enfoque no desenvolvimento da consciência crítica frente ao mundo e a realidade ao seu redor.

Dessa forma, observo que muitas vezes os cursos de formação para o cooperativismo ou associativismo apresentam-se dissociados do universo construído pelos grupos dificultando as tentativas de incrementar as formas de organização das associações, um exemplo é a própria linguagem utilizada, distante do vocabulário dos integrantes. Entretanto, é preciso considerar que o acompanhamento do Sebrae e

⁷ Informações obtidas no site: www.portaldovoluntario.org.br. Acesso em 25 de abril de 2006.

Sescoop, principalmente na organização de espaços para divulgação das experiências de trabalho artesanal em feiras, *stands*, páginas da internet e outros suportes são fundamentais para o crescimento das associações, além de possibilitar aprendizagens ligadas à gestão desses eventos.

É importante ressaltar que os grupos são formados em sua maioria por mulheres, indicando que a prática do artesanato aparece como sua participação na renda familiar. Questões relativas às relações de gênero compõem esse contexto, pois remetem a um trabalho que está impresso também na condição de mulher, sua vida social e às relações que vivencia na família, aspecto importante para a organização do próprio trabalho nas associações.

A forma como as relações vão se estruturando historicamente que remetem à mulher para uma condição social subordinada ao mundo masculino e que paulatinamente vem sendo palco de discussões e reformulações, estão inscritas também nas condições e divisão do trabalho, vivido por homens e mulheres. Os papéis e a identidade que perpassam esses grupos são esferas inventivas da cultura e que foram impressas pela dominação física, social e política de um grupo sobre o outro ao longo do desenvolvimento das sociedades, dentro e fora de casa.

As formas de divisão do trabalho na sociedade excluem e discriminam a mulher, tanto porque a remetem às atividades domésticas deslegitimadas como esferas do trabalho, quanto pela própria condição de sexo, tendo por base os atributos biológicos e comportamentais, tais como a presença marcante da sensibilidade, hoje um atributo já valorizado em algumas instâncias, e aspectos ligados ao seu ciclo vital, tais como: menstruação, gestação, parto e puerpério, amamentação, climatério e menopausa, que estabelecem uma divisão sexual.

As condições de trabalho de homens e mulheres são diferenciadas, principalmente porque esta última, na maioria dos casos, precisa desdobrar-se sobre uma jornada de trabalho maior, tendo de driblar o relógio entre as atividades domésticas, a maternidade e aquelas relativas ao trabalho externo, o que revela condições desiguais e a necessidade de superação dessas diferenças. Apontam que “o uso do tempo fora do trabalho é diferente para os homens e para as mulheres, sendo as atividades domésticas e o deslocamento entre casa e trabalho consideradas atividades inelásticas, despersonalizadas no trabalho e fora dele” (OLIVEIRA, 1999, p.124). O nível de desgaste físico e mental em que muitas

mulheres se encontram provém dessas situações de exploração no trabalho, de uma jornada dupla e da sobrecarga de responsabilidades que muitas mulheres passam a vivenciar.

Dessa forma, é preciso ampliar a noção de mulher trabalhadora como parceira da produção e reprodução, parceira dos homens não só nas atividades fora do lar, mas naquelas que fazem sua realidade doméstica. As formas e organização do trabalho produtivo também precisam ser construídas a partir das necessidades e direitos femininos, tais como o direito à maternidade que deve ser encarado não como condição da mulher, mas do casal. Para Oliveira:

É interessante reportarmos as discussões contemporâneas que as mulheres trabalhadoras estão fazendo sobre a necessidade da flexibilização do horário de trabalho, ou mesmo o *part time*, que vêm ao encontro de um desejo de construírem o tempo de trabalho de forma mais prazerosa e com equidade de gênero dentro e fora de casa (1999, p.113).

Diante dessas considerações cabe ainda enfatizar que as formas de trabalho organizadas na sociedade são controladas pelo tradicional relógio, pela própria produção ou ainda, pelo controle direto do chefe. No caso do trabalho feminino acrescenta-se em alguns casos, já na esfera da vida doméstica, como elaboração de controle do trabalho feminino o olhar do marido que, muitas vezes, reclama da organização do lar em face da condição de trabalho externo da mulher. Essas formas subliminares de controle estão na esfera do que Foucault (1979) chamou de dispositivos micro e infinitesimais de controle que vão atuar na subjetividade dos indivíduos de maneira que estes muitas vezes não percebem, mas que estão construindo corpos dóceis e disciplinados.

Considerações finais

Os espaços comunitários são construtos sociais, vida cotidiana organizada e planejada, ancorados principalmente em práticas, em experiências, numa *práxis* diária, por isso, também, escritos dentro de interesses múltiplos, pensamentos diversos.

As propostas educacionais que fazem parte da prática cotidiana dos grupos estudados e que contribuem para transformar as atuações dos sujeitos no âmbito social surgem da integração, das estratégias de

minimização das situações de exclusão, das formas mais democráticas de administração do tempo e do espaço, das propostas de gestão que valorizam mais a produção coletiva que individual, portanto baseadas na solidariedade, nas propostas metodológicas que priorizam as discussões grupais, os acordos e, principalmente, a participação.

Ao reportar o olhar para a realidade desses grupos, às nuances que envolvem o trabalho ali organizado, percebo que as atividades desenvolvidas envolvem decisões constantes, tanto por parte das coordenadoras como de outros artesãos. Estas decisões vão desde as escolhas de qual ponto de trançado deverá ser usado, até formas mais complexas de gestão de recursos, tempo e formação, enfim, atitudes que caminham por aspectos coletivos, participativos numa visão horizontal de organização e não escalonada pela verticalização de funções, por poderes e deveres.

Assim, dentro desses grupos, o que se pretende é organizar o trabalho por outra lógica, a lógica da parceria, da participação, da autogestão. Não mais baseada nessa dicotomia entre as escolhas e a execução, de um lado ligadas aos dirigentes (comando) e de outro aos trabalhadores (produção), mas no grupo como um todo, onde as decisões que envolvem “o que fazer meu e do outro” são discutidas no grupo.

A vida construída pelas camadas populares está repleta de incertezas em relação a situação econômica e a sobrevivência. Empenham-se na superação das condições de pobreza em que se encontram e que se tornam complexas na ampliação das situações de exclusão não só econômica e política, mas também educacional. Na contraditoriedade das relações desenvolvidas nos espaços sociais empenham esforço em sua integração social, principalmente por meio da superação do senso comum, por isso, também na educação formal. Nesse sentido, as práticas pedagógicas populares devem atuar para desenvolver nos sujeitos o hábito de questionar a realidade, de desvendar os caminhos que as relações sociais capitalistas tentam percorrer, na tentativa tanto de interpretá-las como de fortalecer a luta pela superação do desequilíbrio estrutural próprio desse sistema.

O valor atribuído ao trabalho do artesão, muitas vezes determinado pelo grupo levando em conta o valor de mercado e os gastos com a produção apresentam-se como baixos em função do tempo de trabalho e da especificidade do próprio trabalho artesanal. Esses produtos são comprados com o artesão a preços baixos e são, muitas vezes, revendidos em lojas de departamento, *shopping centers* e “espaços nobres” por valores muito maiores. A exploração do trabalho

artesanal é estabelecida pelo próprio sistema de compra e venda, organizado na sociedade capitalista, aliado às limitações dos grupos no que concerne ao escoamento e comercialização da produção.

Nesse sentido, observo nos grupos elementos que os consolidam como experiências contrárias ao modelo capitalista, principalmente quando o estudo se volta à organização e gestão do trabalho e outros que revelam sua inserção no conjunto da sociedade e a exploração da força de trabalho e produção do artesão, revelando que a apropriação do trabalho do artesão se dá dentro do mercado capitalista que funciona como um transferidor de valor mediante as distorções de preços.

Esses grupos vêm-se desprovidos de legitimidade naquilo que construíram como experiência, um saber periférico, deixado à margem, diante de uma sociedade que não valoriza seu “mundo vivido” e enfatiza uma realidade distante da sua. Por seu turno o mundo sistêmico contrapõe-se a esses saberes em uma lógica pautada pela racionalidade instrumental, pela técnica, como interferência do sistema no universo desses grupos, organizado por uma estrutura ideológica de automatização da vida social. Segundo Habermas (1988), estas duas dimensões da ação humana precisam estar integradas para que as relações tornem-se mais ricas e participativas. O mundo vivido, representado pela extensão dos saberes construídos nas experiências cotidianas não é suficiente na ação do homem sobre o mundo, tampouco o mundo sistêmico pode responder sozinho às necessidades sociais.

O conceito de saber⁸ trabalhado nessa análise como categoria de pesquisa diz respeito ao produto das racionalidades presentes nas esferas sociais, tanto a racionalidade instrumental (mundo sistêmico) como a racionalidade interativa (mundo da vida), presentes no trabalho desses grupos, nas suas ações diante das necessidades e desejos que compõem o fazer social.

Os sujeitos constroem esquemas de aprendizados que são confrontados mediante novas experiências e assim, colaboram na formação e constituição tanto do seu agir com o mundo como no seu pensar o mundo, ou seja, colaboram na transformação de si mesmos, na transformação das relações com os outros e com o meio social.

Os saberes, considerados saberes da formação, são aqueles elaborados nas experiências de formação organizadas pelo próprio grupo ou por organizações externas. São percebidos na capacidade de

⁸ Inspirado nos estudos de Maurice Tardif, Clermont Gauthier e Jacques Therrien.

formulação e construção de idéias, na sistematização de conhecimentos empíricos, no uso de novos instrumentos, tais como os registros em livros-caixa, o uso da página na internet para divulgação, a aprendizagem de novas técnicas ligadas ao trançado com a palha e renda, enfim, aprendizagens construídas em processos formais de ensino.

Os saberes da experiência estão em todo lugar, permeando as ações dos indivíduos nos grupos, vão desde atitudes de solidariedade, parceria, trocas até processos de organização e gestão das associações. Nasceram da participação, da presença diária, do envolvimento nos planejamentos, na organização dos cursos até as aprendizagens que surgem ao ministrar esses cursos. Os saberes construídos nas interações e no trabalho em grupo geram oportunidades para o confronto entre aquilo que a sociedade apresenta como legítimo e aquilo que os artesãos vivenciam e elaboram como experiência de vida, por isso mais forte porque são concretamente construídos, possuem raízes na prática.

O homem e a mulher como sujeitos de seu contexto são essencialmente seres dialógicos, construtores de linguagem, aprendizes na vida e para a vida, características enfatizadas nos estudos de Paulo Freire. O referido autor construiu uma visão de sujeito arraigada na idéia de Ser que pensa, produz e conhece, portanto sujeito ativo, histórico, sujeito de interações. Os indivíduos como parceiros, elemento da coletividade – a parceria, que é essencial na fundamentação do seu fazer, da sua ação, na interação constante com o meio, consigo mesmo e com o outro, enquanto “ser inacabado”.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. 10 ed. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2003.
- DAMASCENO, M. N. **Pedagogia do engajamento**: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Fortaleza: Edições UFC, 1990.
- DOWBOR, L. A economia da família. In.: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Orgs.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Org. e trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HABERMAS, J. **Teoria de La Accion Comunicativa**. Madrid: Ed. Taurus, 1988.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2000.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, E.M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Agradecimentos

À todos os artesãos integrantes das associações estudadas que colaboraram como interlocutores nesse estudo, principais agentes dessa pesquisa. Aos integrantes do Sebrae e SESCOOP, que se mostraram sempre abertos ao diálogo e reflexão crítica.

Este artigo é resultado do estudo realizado no curso de doutorado e contou com apoio da CAPES que, financeiramente, apoiou a realização dessa pesquisa.